

REFLEXÕES SOBRE O PROCESSO HISTÓRICO DE FORMAÇÃO DO RIO GRANDE DO NORTE

Francisco Wellington Duarte¹

RESUMO: O artigo busca fazer uma recuperação socioeconômica do processo de formação territorial do Rio Grande, desde os princípios da sua ocupação, nos primórdios do século XVI, até a primeira implementação da divisão administrativa da Capitania, ocorrida em 1760. O artigo propõe-se a recompor esse processo histórico do Rio Grande do Norte, desde as suas raízes mais antigas, com a ocupação feita com foco militar e na devastação produzida pelos holandeses (1633-54), passando pela guerra genocida, de quase extermínio, dos nativos (1680-1720), que possibilitou a ocupação e demarcação definitiva das terras potiguares (1760).

Palavras-Chave: Formação Territorial; Rio Grande do Norte; Holandeses; Ocupação; Século XVI.

REFLECTIONS ON THE HISTORICAL PROCESS OF FORMATION OF RIO GRANDE DO NORTE

ABSTRACT: The article seeks to make a socio-economic recovery of the process of territorial formatting of Rio Grande, from the beginning of its occupation, in the early 16th century, until the first implementation of the administrative division of the Captaincy, which occurred in 1760. He proposes to recompose this historical process in Rio Grande do Norte, from its earliest roots, with the occupation carried out with a military focus and on the devastation produced by the Dutch (1633-54), through the genocidal war, of near extermination, of the natives (1680-1720), which enabled the occupation and definitive demarcation of the Potiguares lands (1760).

Keywords: Territorial formatting; Rio Grande do Norte; Dutch; Occupation; 16th century.

1. INTRODUÇÃO

Com um espaço físico de quase 53 mil km², o Rio Grande do Norte hoje é um dos estados que mais tem sofrido com a crise econômica desencadeada, no plano mundial, pela instabilidade que se faz presente desde 2008, que tiveram reflexos no país especialmente a partir de 2013, aprofundando-se a partir de 2015 e encetando a devastação sanitária, social e econômica, desde março de 2020.

¹ Professor do Departamento de Economia da UFRN. Economista, Mestre e Doutor em Ciências Sociais. E-mail: wellingtonduarte45@gmail.com

Embora a administração da Governadora Fátima Bezerra, que tomou posse em janeiro de 2019, tenha apresentado um rendimento acima do satisfatório no trato com as questões financeiras, conseguindo, com muita competência e coragem, diga-se de passagem, manter as finanças estaduais sem a falência que se antecipava em 2018, é fato que não será o seu governo, e nem poderia ser, que faria uma grande mudança na economia potiguar.

O fim do ciclo da Petrobrás no RN e as velhas e conhecidas deformidades da economia local cuja raiz é centenária, impedem que qualquer governante tenha condições, salvo com mudanças bruscas na condução da gestão administrativa e econômica, de mudar o roteiro do crescimento e desenvolvimento econômico local.

Essa afirmação exige um esforço em buscar as raízes que levaram o estado a ter uma baixa capacidade de grandes passos desenvolvimentistas, embora possamos destacar, timidamente é verdade, alguns momentos em que a economia potiguar cresceu de forma vigorosa, como foi o caso dos primeiros anos do algodão como alternativa econômica (ainda no século XIX); na década de 20 e 30 do século XX, quando começamos a articulação com os mercados do sudeste; um pequeno espasmo, localizado em Natal e região, durante curto espaço de tempo, na década de 40; a ideia de um polo têxtil e de organização de projetos de financiamentos em todo o estado, na década de 70, com pouca repercussão e esvaziamento na década de 80; a inserção do petróleo e os programas governamentais voltados para áreas específicas (indústria e pecuária), já nos anos 90; e a inconclusa articulação com o desenvolvimento nacional, calcado em programas sociais, que vicejou até perto de 2014.

Esse artigo, nas suas limitações, buscará recompor esse processo histórico do Rio Grande do Norte, desde as suas raízes mais antigas, com a ocupação feita com foco militar e na devastação produzida pelos holandeses (1633-54), passando pela guerra genocida, de quase extermínio, dos nativos (1680-1720), que possibilitou a ocupação e demarcação definitiva das terras potiguares.

No artigo buscou-se apresentar esse processo nas dimensões econômicas, porque trata, afinal, da construção de um espaço econômico, cujas bases materiais propiciaram formação e consolidação de relações sociais específicas; e a de natureza política, porque trata do erguimento de um sistema administrativo, necessário para dar suporte ao ordenamento econômico.

O recorte temporal para quando se cria, de fato e de direito, a primeira divisão administrativa da Capitania, em 1760, momento em que será a Coroa que assume para si as rédeas da condução da gestão política, administrativa e econômica, do espaço potiguar, tornando a Capitania gerencialmente viável para Coroa.

2. UM ESPAÇO EM CONSTRUÇÃO: O RIO GRANDE SE FORMANDO

Discorrer sobre a formação do espaço geográfico, econômico, político e social, chamado desde 1823 de Rio Grande do Norte, deve considerar a forma e o conteúdo desse processo, que se exprime numa ocupação lenta, entrecortada por uma dispersão da ocupação, devido a chegada dos holandeses; em seguida pela ocupação das terras, via sesmarias, indo do litoral ao sertão, incorrendo numa sangrenta guerra contra os nativos; a ocupação, a partir do início do século XVIII, até chegar a primeira organização administrativa, a partir de 1760 que, enfim conseguiu dar um sentido mais organizado da administração colonial, processo esse, também lento, que só encerra em 1820, quando o Rio Grande se torna independente de Pernambuco.

Portanto foram 221 anos de construção e formatação do Rio Grande, cujo nascedouro está inserido numa conjuntura geopolítica em que os interesses da Coroa Espanhola, em união com a Coroa Portuguesa, queriam ocupar o litoral do Brasil, tendo em vista que a Inglaterra, com Portugal mantinha relações especiais desde o Tratado de Windsor, em 1386, era inimiga dos espanhóis, com quem passou a travar uma guerra a partir de 1585, o que atingiria os interesses comerciais da Coroa Espanhola.

Por outro lado, em 1595, eclode uma guerra entre os holandeses, via Companhia Holandesa das Índias Orientais e da Companhia Holandesa das Índias Ocidentais, contra o Império e colônias portuguesas, dentro do contexto da Guerra dos Oitenta Anos (1568-1648), que envolvia a secessão dos Países Baixos em relação à Espanha, ou seja, um intrincado jogo de xadrez que acaba resvalando na pequena faixa litoral do imenso litoral brasileiro, área estratégica para controle da economia da colônia, o açúcar, e da própria navegação costeira.

Dessa forma, a chegada dos portugueses nas margens do Potengi, no final de 1598, vindo de duas expedições, uma delas atingida duramente pela cólera, tem

o sentido militar e a decisão de começar a assentar-se na terra, baseia-se num sistema já aplicado em Portugal desde 1375, cujo eixo era a ocupação das terras, tendo como contrapartida sua utilização e obviamente gerando uma renda a ser apropriada pela Coroa luso-espanhola.

Em termos económicos, os trinta anos que se seguiram à chegada dos portugueses, não teve nenhum impacto relevante sobre as rendas auferidas pela Coroa. Povoação dispersa, com apenas dois rudimentares engenhos e uma geografia que impunha uma barreira natural do litoral para o interior, além do fato de que as populações nativas não viram de bom grado a chegada dos portugueses, já muitas das tribos preferiam negociar com os franceses.

Afora o engenho Cunhaú, foi fundado o engenho Potengi, ainda na primeira metade do século XVII, nos vales úmidos do litoral totalizando duas unidades em 1637, já na época da dominação dos batavos. Portanto entre 1599 e 1637, foram trinta e oito anos em que só uma pequena faixa litorânea teria feito surgir, de forma muito rudimentar, formas de produção (açúcar), albergando os primeiros escravos.

A forma de propriedade, a latifundiária, respondia aos interesses da Coroa, pois a intenção era o usufruto do que se produzia direcionada à Metrópole, mas, mesmo nessa incipiente formas de relação, baseada no escravagismo, estavam os primeiros elementos nucleares do conteúdo vindouro da formação do espaço económico do Rio Grande, que seria, lastreada no compadrio explícito, bastando ver os beneficiados com as sesmarias para se confirmar essa observação, além do que a própria ocupação revelara-se frágil e pouco eficaz.

Como muitas terras haviam sido distribuídas para que fossem cultivadas e beneficiadas, e tal fato não ocorrera trazendo perdas à Fazenda Real, o Rei Felipe II lançou em setembro de 1612, um alvará, no qual requeria um levantamento sobre todas as terras que haviam sido doadas na capitania. As terras que se encontrassem abandonadas deveriam ser consideradas devolutas e riscadas dos livros de concessões, podendo ser doadas a outras pessoas. Os mais criticados eram a Companhia de Jesus e os filhos do capitão-mor do Rio Grande, Jerônimo de Albuquerque.

A Capitania sofreu durante as mais de duas décadas de ocupação dos holandeses, visto que o pequeno número de portugueses que se alojaram perto das ribanceiras dos rios, próximos aos engenhos, tiveram que fugir, posto que os Tarairiú, inimigos ferozes dos portugueses aliaram-se aos holandeses e passaram a

perseguir os portugueses. Os engenhos foram paralisados e extinguiu-se qualquer forma mais primitiva de relações de troca.

Nesse meio tempo a União Ibérica implodira, com a insurreição feita pela nobreza e alta burguesia a partir de dezembro de 1640 e, com o apoio dos franceses, colocam no poder o 8º Conde de Bragança, João (1604-56) que se tornará João IV, iniciando a Dinastia Bragança, que governará Portugal nos duzentos e setenta anos seguintes. O efeito desses fatos, para a Colônia ocupada pelos holandeses, é que Portugal poderia ter suas posses ultramarinas de volta, já que tinha boas relações com os Países Baixos até 1580, mas isso não ocorreu.

Portugal assinou um Tratado com a Holanda em 1641 (Tratado de Haia), dentro de um complicado jogo de geopolítica, já que o inimigo comum agora era a Espanha, que não se conformara com a perda de Portugal², mas a “paz de dez anos” restringiu-se ao continente, pois nas possessões ultramarinas os confrontos entre portugueses e holandeses prosseguiram, culminando na derrota dos holandeses no Brasil em 1654.

No Rio Grande, quando as tropas da Coroa Portuguesa puderam retornar, em maio de 1654, encontraram completa destruição das frágeis estruturas que existiram na Capitania e imediatamente o Rei João IV ordena a imediata ocupação do território litorâneo. Aos poucos, e a chamado, os colonos retornam, muito timidamente é verdade, e as alianças dos nativos retomam seu curso normal: os potiguaras se reagrupam em torno da aliança com os portugueses e os Tarairiú, retornam aos sertões, e até o litoral norte, mantendo uma relação hostil com os portugueses e potiguaras.

² Os principais pontos do tratado foram: 1- A aceitação de uma trégua durante um prazo de 10 anos; 2-Cessação das hostilidades entre as forças neerlandesas e portuguesas, incluindo a das empresas privadas (a Companhia Neerlandesa das Índias Orientais e a Companhia Neerlandesa das Índias Ocidentais), em todas as colônias e territórios ultramarinos; 3-Ambas as partes se comprometem a respeitar a vida, bens e atividades empresariais dos súditos do oponente; propriedades apreendidas do lado contrário no transcurso da guerra permaneceriam em poder de quem fora seu dono no momento da firmação do tratado; 4-Respeito da liberdade religiosa de cada um dos signatários; 5-Pacto de não-agressão não-invasão; socorro mútuo diante de ataques de terceiros; 6-Não se pode transportar mercadorias do Brasil para Portugal; 7-Proibição do comércio para ambas as partes com a Espanha; 8-Formação de uma aliança contra o rei de Espanha e de seus súditos; criação de uma armada conjunta para atacar a Espanha: cada país contribuiria 15 navios de guerra e 5 grandes fragatas, Portugal contribuiria ainda 10 galeões. A recompensa obtida por esta frota seria repartida entre o número de navios envolvidos.

Essa “nova ocupação” busca criar estruturas administrativas mais perenes, e esse processo, ao lado do restabelecimento dos jesuítas, lento e que se verificará sanguinário, começa a dar os primeiros contornos de uma estrutura social alicerçada numa pirâmide social rígida, com a inestimável contribuição dos enviados da igreja católica que, com uma maior habilidade de relacionamento com os potiguaras, aproximaram-se dos nativos.

As missões³ aldeavam os índios buscando aproximar-se do ambiente natural deles, e simultaneamente visavam o seu afastamento dos centros de colonização, possuindo uma organização administrativa, inserindo os nativos na lógica do trabalho do colonizador. Com essas ações a igreja católica participou do processo inicial da organização de uma produção de alimentos mais sistematizada.

A Capitania, subordinada diretamente ao governador-geral, mas ligada economicamente a Pernambuco, começou a receber demanda de sesmarias, vindo principalmente de grandes fazendeiros da Bahia e de Pernambuco, que são distribuídas de forma mais incisiva a partir de 1870, gerando tensões crescentes com os nativos e desaguando no início da revolta dos nativos, chamada pelos portugueses de “Guerra dos Bárbaros”, que varrerá a capitania durante quase duas décadas, sendo que o último levante será em 1720.

Essa insurreição, feita pelas diversas tribos dos sertões, marca o processo de formatação do espaço econômico e social do Rio Grande, na medida em que a Coroa, ao decidir pela “guerra justa”, um eufemismo para matança em nome de Deus, garantirá que a terra seja definitivamente ocupada pelos fazendeiros do gado e que daí decorra um processo de demarcação, caracterizado pela violência e pela implementação de uma marca que será a norteadora da formatação do território e das relações sociais a partir do século XIX: a economia do gado.

³ A **aldeia de Mipibu** foi visitada pelos jesuítas no período das missões volantes, mas tornou-se missão estabelecida somente em 1736, com os missionários capuchinhos. A **missão de Igramació**, tornou-se missão na década de 1730 com os carmelitas. No **aldeamento de Apodi**, os padres inacianos Manoel Diniz e o padre Vicente Vieira aldearam os índios Paiacu em 1702. Os jesuítas fixaram duas missões efetivas na capitania do Rio Grande. Ambos os aldeamentos eram de remanescentes Potiguara: **São Miguel de Guajiru** e **São João Batista das Guarairas**. O aldeamento de Guajiru estava localizado na margem da lagoa de mesmo nome (atual lagoa de Estremoz), a duas léguas da cidade do Natal, e foi relatada sua existência desde 1641, por um emissário holandês. Tal aldeamento, portanto, localizava-se na sesmaria de enorme extensão de 14 léguas concedida no início do século XVII a Companhia de Jesus. A presença dos jesuítas remonta a 1679.

A presença jesuítica no aldeamento de Guaraíras, localizado nas proximidades do rio Jacú, foi relatada desde 1681, pois neste ano ordenou-se que os índios da aldeia de Mipibu fossem reunidos com os índios do aldeamento de Guaraíras. A missão foi registrada nos Catálogos da Companhia de Jesus em 1683, com a presença do padre superior Luiz Pinto e do padre José dos Reis.

Os índios sobreviventes da Guerra dos Bárbaros foram reduzidos em cinco aldeamentos: Guajiru (atual cidade de Extremoz), Guaraíras (atual cidade de Arez), Apodi (a qual foi extinta e seus índios transferidos para um lugar que é a atual cidade de Portalegre), Igramació (atual cidade de Vila Flor), e Mipibu (atual cidade de São José de Mipibu).

A Coroa enviou Antonio Vaz Gondim, já em 1654, não apenas para retomar as posses dos lusitanos, mas com a tarefa de reorganizar a Capitania administrativamente e ocupá-la em definitivo, através da doação de terras e, com as condições mínimas atendidas, começa a buscar a reocupação das terras potiguares (TRINDADE, p. 71), mas a debilidade dos capitães-mores, cuja função só seria regularizada em 1660, quando em outubro daquele ano, o Vice-Rei do Brasil, D. Vasco Mascarenhas, regulamentou, através de regimento geral, a atuação dos já citados.

As doações que de fato se regularizam ocupações, foram feitas a fazendeiros vindos da Bahia até a Paraíba, mas o processo de reocupação é muito pouco expressivo e no final do primeiro governo de Gondim, apenas 150 moradores, entre eles sesmeiros, para criarem gado. O sertão continuou, pelo menos até o início da década de setenta com quase nenhuma população portuguesa e sob o domínio dos nativos, mas as que foram doadas nesse período representavam o embrião do esqueleto social que viria a se constituir no século seguinte.

Necessário ressaltar que esse processo de ocupação, sempre feito às expensas dos nativos, deu-se com a doação de sesmarias localizadas no litoral e os novos sesmeiros traziam consigo o gado, para ajudar no seu engenho de açúcar. O ex-capitão-mor da PB, João Fernandes Vieira, solicitou e recebeu terras ao norte da pequena Natal, indo desde a ribeira do rio Ceará-Mirim até a ponta de Touros, em junho de 1666.

Ao lado dessas doações verifica-se uma confluência de fatos que condicionam ainda mais esse processo novo de ocupação: a queda no preço do

açúcar internacional impulsiona a criação de gado para atender a uma nova demanda, vinda das Minas Gerais, com os primeiros movimentos de descoberta de metais preciosos. Lentamente esses dois fatos influenciam essa nova tendência.

A chegada de novos moradores na capitania, bem como a volta dos antigos, e os seus interesses em terras além dos limites de Natal foi de fundamental importância para o conhecimento do espaço a ser conquistado e transformado em território, bem como para o desenvolvimento de relações, boas ou malsucedidas, com os indígenas.

E ressalte-se que quando se fala no Rio Grande, este está completamente subordinada ao Governo-Geral, que é na Bahia e essa subordinação se dá via Capitania de Pernambuco, a quem o Capitão-Mor se dirige constantemente e isso se dá pela própria forma de como se constituiu a pequena e rudimentar economia local, cuja produção de açúcar é enviada para Recife a fim de ser exportada, e o gado, trazido pelos sesmeiros, ser um produto iminentemente interno.

E, à medida que as sesmarias são doadas, estas se localizam no sertão, através das ribanceiras dos rios, principalmente depois que Vaz Gondim assume, pela segunda vez, a administração da Capitania, em outubro de 1772, acelera-se o processo de doações que irá desenhando as formas territoriais das propriedades, embora de forma ainda muito rudimentar, ou seja, as demarcações são feitas basicamente com a força do trabuco, do bacamarte e da faca, começando pela região do Seridó.

Novamente chama-se atenção para os nomes das localidades citadas nessas solicitações até 1671: Mipibu, Pirangi, Jundiáí, Siará-Mirim, e Goianinha. Até o ano de 1664, estes locais eram considerados como sertões da capitania. Passados sete anos, percebe-se que os conquistadores não utilizavam mais a palavra sertão para indicar essas localidades, o que mostra uma modificação na percepção desse espaço, que se transformou em território. As áreas de trânsito nas proximidades do centro político-administrativo da capitania, a cidade do Natal, começavam a se consolidar e se tornarem pequenas zonas de difusão que forneciam subsídios para aqueles que pretendiam ir além destas e desbravar os fundos territoriais, os novos sertões ao redor dessa área.

Terras concedidas em forma de sesmarias não eram garantia de ocupação de espaços, sobretudo por seus solicitantes. Era comum o envio de contratados, como os vaqueiros, procuradores e foreiros, para o reconhecimento do espaço a ser

solicitado. Por vezes, as sesmarias ficavam a cargo dos procuradores dos sesmeiros e estes jamais as visitavam. Mesmo com essas peculiaridades possíveis, deve-se salientar que, nos registros de sesmarias aqui analisados, parte dos sesmeiros citados afirmavam serem moradores do Rio Grande. Desta forma, esse interesse pelos sertões do Rio Grande, seja dos seus moradores ou daqueles provenientes das capitânicas de Pernambuco, da Paraíba e da Bahia, é aqui entendido como fundamental para a consolidação do processo de territorialização.

Esse movimento de ocupação encontra a resistência dos nativos e, partir de 1680 assume os contornos de um duríssimo embate entre os ocupantes e os nativos, espalhando-se pelas capitânicas do Ceará, Rio Grande, Paraíba e Pernambuco, sendo que os Tarairiú, aqui do Rio Grande, enfrentavam os colonos com a fúria de quem sabe que destino teriam caso perdessem suas áreas de movimentação e de vida.

Ao mesmo tempo em que a expansão para o sertão começa a criar atritos entre colonos e nativos, no litoral ocorre um processo de acomodação das relações entre esses dois elementos, e o papel da Igreja, nesse processo, acaba delineando os contornos da Capitania. A criação, ainda em março de 1681, da junta de missões de Pernambuco abre espaço para que as ordens jesuíticas, dos capuchinhos e carmelitas procedessem os aldeamentos. Consolidou a missão de São Miguel de Guajirú, localizada nas terras do atual município de Extremoz, criada em 1678 agrupando janduí, paiacús, caborés e panatis e criou, no mesmo ano de 1681, a aldeia missionária de São João Batista de Guaraíras, onde hoje se localiza o município de Arês.

Esses aldeamentos, que na essência buscavam a neutralização da movimentação dos nativos e sua “conversão” em agricultores a serviço da Igreja Católica e em força de apoio à ocupação dos colonos portugueses. A evangelização “redentora” desarticulava os grupos nativos, adaptava-os e produzia sua “aculturação” por via mais inteligente do que a brutalidade do colono.

E assim, “controlado” o nativo no litoral, era preciso fazer uma “limpeza” nos sertões para o estabelecimento do gado e esse capítulo, na história do processo de formação do Rio Grande do Norte, inclusive da sua base econômica, merece ser ressaltado visto que a “história oficial” basicamente considera esse fato histórico como apenas a “guerra dos bárbaros”, e neste texto fez-se opção por “guerra de

resistência dos nativos”, já que foi um claro choque de civilizações, sendo que os portugueses precisavam ocupar um espaço geográfico que permitisse a expansão das atividades ligadas ao gado, e esses conflitos já vinham desde a retomada do processo de ocupação, derrotando os holandeses. Eram atritos reprimidos de forma muito violenta pelos colonizadores, gerando, ao longo do tempo, um ódio visceral entre as diversas tribos do sertão.

Já em dezembro de 1679 já havia conflitos com os nativos vindos da Serra do Trapuá, situadas a cerca de 9 km a leste da atual cidade de Currais Novos. Dois anos depois oficiais da Câmara de Natal requeriam ao Capitão Mor Geraldo de Suni, que buscasse promover a paz com os nativos, significando que a situação evoluíra para conflitos mais frequentes.

Durante pelo menos uma década e meia o sertão do Rio Grande fervilhará, em maior ou menor grau, numa guerra de extermínio e de selvageria própria da época, causando centenas de vítimas e aterrorizando os colonos, culminando com o desesperado pedido de socorro feito pelo Senado da Câmara de Natal, o legislativo da época, em 1687, ao Capitão Mor de Pernambuco, João da Cunha Souto Maior, informando que os nativos da Ribeira do Assu tinham matado mais de 100 homens, mulheres e crianças, destruindo as roças e avançavam em direção ao litoral.

No final de 1687 os janduí, tomam a ribeira do Assu e Apodi, afugentando os colonos, enquanto os panatis se aproximam perigosamente da pequena povoação de Natal (janeiro de 1688). A resposta da Coroa foi a construção de várias casas-fortes (principalmente a partir de 1687), em pontos estratégicos como ribeiras de rios e antigos engenhos de cana-de-açúcar: Tamatanduba, Cunhaú, Goianinha, Mipibu, Guaraíras, Potengí, Utinga, Cuó (já existente em 1683) e São Miguel do Guajiru (Extremoz), e a montagem de expedições, dessa vez com reforços de Pernambuco e até da Bahia.

É a partir daí que o espaço do RN sofrerá uma profunda modificação. Em 1688, com os nativos se aproximando perigosamente da pequena Natal, e basicamente dominando as ações nas ribeiras do Assu, Mossoró e Apodi, a Capitania de Pernambuco envia o Terço⁴ de Henrique Dias e para isso foi fundamental a presença do feroz bandeirante paulista Domingos Jorge Velho e seu

⁴ Constituía um tipo de unidade militar dos exércitos dos países da Península Ibérica, entre os séculos XVI e XVIII.

“exército” de 1.000 homens, ladeado por outro paulista, Matias Cardoso e várias levadas de terços que conduziram uma repressão feroz contra os resistentes. Jorge Velho, cuja histórica ferocidade já tinha produzido uma vasta matança no Piauí, foi chamado a derrotar os “gentios” e dispunha de um terço que rivalizava, em número e equipamento, com as forças militares oficiais da Coroa, tal era seu poder de fogo. Os combates se concentraram num retângulo geográfico que consistia nas atuais regiões do Seridó Oriental e Ocidental, Serra de Santana, Vale do Assu, extremo sul da região de Macau, Médio Oeste e a região sul de Mossoró. Os tarairiú, conhecedores da região e ferozes guerreiros, impuseram uma resistência que surpreendeu, pela qualidade, os colonos. Nativos e colonos, numa guerra de extermínio, sabedores que dessa contenda se ergueria uma nova ocupação do espaço geográfico, não havendo, pois, possibilidade de pacificação, a não ser pela derrota definitiva de um dos contendores.

A prova de que era uma guerra de extermínio pode ser encontrada num pedido feito pelo Senado da Câmara de Natal, em 23 de março de 1689, dirigido a Domingos Jorge Velho para que este não abandonasse a guerra e que continuasse a perseguir e a degolar o índio (JÚNIOR, 2008, p.123). Essa posição divergia da do Capitão Mor, Agostinho Cezar de Andrade, que havia solicitado ao mestre de campo para não enfrentar e nem destruir o gentio Janduí, pois pretendia celebrar um acordo de paz com os tapuias, dando-lhes o perdão, não por apreço aos nativos, mas pela necessidade de obter força de trabalho dos resistentes derrotados.

Jorge Velho ficará no Rio Grande até 1691, quando se dirigirá à Pernambuco, deixando, no seu caminho, um rastro de devastação e morte que marcará definitivamente o destino dos nativos locais. Mas outro paulista, Matias de Albuquerque, demonstrara a mesma ferocidade de Jorge Velho e tinha mais simpatia da Coroa, que o nomeou, em abril de 1690, Mestre-de-campo e Governador absoluto da guerra dos bárbaros. Em outubro de 1690 cai o primeiro grande líder resistente: Canindé, líder máximo dos Janduí. Preso pelas tropas de um subordinado de Jorge Velho. Era o começo da trágica derrota dos resistentes.

Ao iniciar-se o século XVII, os guerreiros tapuias já não tinham mais forças para se contrapor aos portugueses e a debandada e dispersão virou marca da fase final dessa guerra, o que significou o avanço dos colonos sobre as terras do Seridó e Oeste, recebendo os oficiais do Terço dos Paulistas, doações de terras,

principalmente no Vale do Assu, o que gerou conflitos com os colonos já instalados e a Coroa teve de intervir dissolvendo o Terço e prendendo seu líder, Manuel Álvares de Moraes Navarro (1700).

Alguns oficiais do Terço, como Teodósio da Rocha e seus filhos: Damião da Rocha e Antônio Vaz Gondim, conseguiram suas primeiras concessões de terras na ribeira de um rio não tão longe do Assú: o Mossoró. Esse tipo de ocupação das terras da região cristalizará redes clientelares, que se baseavam em laços de amizades e formação de vínculos que podiam trazer benefícios, forjando uma sólida estrutura de relações políticas, cujas ligações se baseavam por ganhos simbólicos, que permitiam estabelecer uma segurança entre os participantes destas redes.

Serão essas redes, formadas não só por linha de parentesco, mas também por apadrinhamentos. Pode-se perceber que na região do rio Mossoró, em direção ao Jaguaribe, as sesmarias pertenciam a um grupo de alianças que há muito vinham sendo constituídas.

Essas formas de relações estruturarão, sob as bases de uma economia que ainda estava se espalhando e se consolidando no espaço potiguar, núcleos de poder político que terão ao longo das décadas seguintes, forte peso político na Câmara do Senado em Natal.

É importante citar que a partir de 1701, o Rio Grande, deixa de ficar sob o controle direto de Salvador e passa a ligar-se militarmente a Pernambuco e juridicamente à Ouvidoria da Paraíba, na suposição de que uma maior proximidade dos controles administrativos traria mais sucesso à administração da paupérrima capitania. Ocorre que se os camarários tinham uma relativa facilidade para aplicarem a lei no litoral e regiões circunvizinhas, nos sertões era muito mais complicado, o que fazia com que os fazendeiros exercem esse poder.

Ao longo da primeira metade do século XVIII o espaço econômico do Rio Grande foi se formando, baseado, como não podia deixar de ser, nas grandes propriedades fundiárias, pois era sob ela que se assentavam as sesmarias. Nesse processo erguem-se três estruturas econômicas e sociais que delinearão a Capitania, principalmente depois de 1760: o litoral, com a cana-de-açúcar e a cidade de Natal tornando-se um centro administrativo, que lhe dava força política; o Seridó e o Oeste, com características próprias, mas ambas tendo como sustentáculos os rios perenes da região, sendo o último auxiliado pelo sal, produzido no litoral norte principalmente.

Ao lado do estabelecimento desse tipo de formação econômica, havia a propriedade controlada pelas missões religiosas. Ao catequizar os povos originários nas ditas missões, os jesuítas utilizaram-se dessas terras, bem como das terras que haviam requerido inicialmente para as fazendas que produziam mantimentos e tinham criações de gado para efetivar a catequização. As terras das missões e das fazendas inacianas (referência a Inácio de Loyola), com sua lógica de funcionamento própria, acabou por produzir conflitos com os colonos.

Uma sociedade erguida pela violência da ocupação e pelas formas mais conservadoras de propriedade, somadas a um ambiente geográfico rude, com baixa quantidade de chuvas, o que trazia secas frequentes, gerou um sistema de relações sociais organizadas hierarquicamente de forma vertical, sem nenhuma possibilidade de ascensão social, isso tudo num pensamento conservador católico em que havia uma união entre Igreja e fazendeiros, nem sempre estável e de boa convivência, mas sempre criando um ambiente de estabilidade, só quebrado pelas violentas disputas de terras ou de poder político.

Assim, ao longo do século XVIII, a população da capitania do Rio Grande concentrava-se basicamente no litoral leste, embora a economia fosse ancorada no interior da Capitania. A cidade do Natal era o único núcleo urbano oficial, com uma população muito diminuta e, apesar de não se terem números, sabe-se que a maior parte vivia em áreas rurais.

Nesse meio século o ordenamento jurídico, para organizar a Capitania, foi feito de forma muito lenta, embora os camarários não parassem de emitir normas e regulamentos, principalmente nas ribeiras da Capitania com especial destaque para o litoral, durante esse período leste, compreendendo a região de Cunhaú até a do Ceará-Mirim. Atividades como a pesca, a farinha, a pecuária, e o comércio interno de mantimentos eram regulados por esta instituição para além do núcleo urbano da cidade do Natal.

Na Câmara de Natal, único lugar da Capitânia com uma organização administrativa mais visível, os “homens bons”, ali instalados, tinham interesses diversos em várias partes da capitania, atuando enquanto homens de ordenanças, assim como possuindo atividades econômicas em suas fazendas, com destaque para aqueles que eram naturais do litoral leste da capitania.

Ressalte-se que entre 1720 e 1727, uma violenta seca devastou a região (a seca foi de Pernambuco ao Ceará), afetando a criação de gado, a atividade que se consolidava como a mais importante da Capitania, ao lado da cana-de-açúcar e o clima será sempre um elemento a ser considerado tanto para a economia, como para a formatação da sociedade potiguar.

Havia ainda a questão da administração, pois a nascente elite potiguar nunca aceitou de bom grado a “dominação” de Pernambuco e Paraíba sobre o Rio Grande, o que foi constantemente colocado na Câmara de Natal, mas nem tanto no interior, onde o poder de comando era muito mais centrado na figura do fazendeiro do que propriamente nos emissários das Capitânicas mandantes.

Na primeira metade do século XVIII (1700-50) passaram pela Capitania onze capitães-mores, sendo que os mandatos pouco acrescentavam à qualidade da administração, sendo geralmente favorecidos os que tinham alguma benesse a ser concedida pela Coroa e não havia, de fato, nenhuma preocupação com a organização administrativa e econômica, salvo Domingos Navarro que, de acordo com Rocha Pombo trabalhou muito com os jesuítas, e apenas isto. Cabia, na prática, aos “homens bons” da Câmara de Natal atuar, para os seus próprios interesses, como ordenanças, nas regiões da Capitania, favorecendo suas propriedades.

Após a efemeridade de João de Barros Braga, um sesmeiro cearense que não teve mais de sete meses no cargo de Capitão-Mor (março a outubro de 1731), coube aos seguintes capitães-mores, terem uma maior longevidade na administração : João de Teive Barreto, que governou de outubro de 1731 a dezembro de 1739, portanto oito anos; Francisco de Miranda Henriques, de dezembro de 1739 a maio de 1751, quase doze anos; e Pedro de Albuquerque e Melo, de maio de 1751 a dezembro de 1757, seis anos e alguns meses.

São quase 26 anos de administração, muito pouco documentadas, mas que revelam, a princípio, uma certa estabilidade no que se refere aos procedimentos administrativos, não havendo, pelo que parece, grandes disputas por terras e com os nativos devidamente “pacificados”. Essa estabilidade favoreceu a consolidação das atividades econômicas principais, o gado (sempre sujeito às intempéries do tempo) e a cana-de-açúcar (sujeita ao mercado internacional do açúcar), e as atividades acessórias, todas de caráter de subsistência.

O Diretório dos Índios, decretado em 8 de maio de 1758, aboliu o poder temporal e espiritual dos missionários sobre os índios aldeados. Desta forma, os

inacianos deveriam ser substituídos pela administração civil e pelo clero secular. Em 14 de setembro do mesmo ano, Luís Diogo Lobo da Silva, Governador de Pernambuco e suas capitanias anexas (Ceará, Rio Grande e Paraíba), ordenou que fossem erigidas vilas nos aldeamentos administrados pelos jesuítas, desmontando, dessa forma, a estrutura religiosa existente, introduzindo a administração secular, o que significativa, na prática, um maior controle da Coroa sobre o espaço potiguar e a consolidação do processo de ocupação efetiva do interior do Rio Grande, iniciada no começo do século XVII.

Por outro lado, a ocupação das terras potiguares, principalmente nas ribeiras do rio Piranhas-Açu e Apodí-Mossoró, acabou gerando uma nova atividade econômica, além da criação de gado, que começara efetivamente em 1720, das pequenas oficinas de carne-seca, que salgavam carne para serem exportadas para regiões vizinhas, respondendo às demandas que vinham das regiões das Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso e sul da Bahia.

Portanto a administração, de fato e de direito, da Coroa Portuguesa sobre o Rio Grande, se consolida, a partir de 1760, com a criação das vilas: Vila Nova de Extremoz (ex missão de Guajiru) e Vila Nova de Arês (ex missão de Guaráiras). Nos anos seguintes mais vilas serão criadas⁵ e no final do século XVIII a ocupação e institucionalização do Rio Grande.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O período que vai das primeiras entradas dos colonizadores nas terras potiguares, até a consolidação institucional do espaço territorial e econômico do Rio Grande, seguiram a dinâmica da formação do território nacional, com o agravante de que esse espaço só começou, de fato, a demonstrar algum interesse da Coroa, no final do século XVI, pelo seu posicionamento estratégico, de caráter militar e, seguindo a mesma lógica da estruturação das primeiras atividades produtoras dos colonizadores, sua constituição foi de natureza hereditária e fundiária, ou seja, a

⁵ Vila de Portoalegre, em 1761; Vila de São José do Rio Grande (ex-Missão de Mipibu), em 1762; Vila Nova da Princesa, em 1766; Vila Flor, em 1768 e Vila Flor (ex-Missão de Igramació), em 1769 e a Vila do Príncipe (atual Caicó), em 1780.

distribuição de terras foi condicionada pelo grau de parentesco ou proximidade com a “elite” dos colonizadores.

Um segundo elemento a ser considerado nesse lento e disperso processo de ocupação, foi o fato de que o território foi palco de disputa entre portugueses e holandeses, que envolveram os nativos locais e criando uma forte animosidade entre os nativos dos sertões e os do litoral, sendo os primeiros frontalmente contrários à expansão dos portugueses, o que levou a um despovoamento dos colonos, só retomado a partir de 1760, quando a Coroa decidiu ocupar, em definitivo, as terras potiguares.

Um terceiro elemento verifica que essa ocupação, sempre sob a forma de doação a proprietários de terras de outras capitanias, acabou em confronto aberto com os nativos, que se insurgiram e fizeram um levante que durante quase 30 anos, entre 1780 e 1710, abalou o processo de ocupação, e culminou no quase extermínio dos aborígenes e na consolidação da ocupação, pela via militar, e, quando o processo efetivo de ocupação das terras potiguares, sempre na ribeira dos rios do Seridó e Oeste, reveste-se de uma forma tal que a organização social se hierarquiza a partir da posse e da forte penetração da Igreja Católica nessa consolidação.

Um quarto elemento a ser considerado é que a atividade econômica da Capitania, concentrada na cana-de-açúcar, transformada em açúcar e exportada para a Metrópole, rende ganhos de renda dos exportadores, mas não dissemina essa riqueza na Capitania, pois o consumo dessas famílias se dá basicamente a produtos vindos de Recife e Europa, ou seja, a economia açucareira move-se para fora.

Já o gado, espalhado nas terras potiguares principalmente depois de 1660, cria uma “economia própria”, a do couro, que permite o florescimento de pequenas e incipientes atividades auxiliares a essa “economia”, favorecendo as pequenas plantas rurais e consolidando a renda desses espaços, que continuam consumindo produtos externos, o que implica numa falta de circulação monetária, essencial para o desenvolvimento das relações produtivas.

Um quinto elemento está relacionado à geografia e ao clima da região, que teve forte influência na ocupação do território, favorecendo locais próximos do litoral, o vale do Assu e a ribeira do Apodí-Mossoró, levando a firmar a criação de três espaços econômicos com características específicas de formatação e, por conseguinte, influenciar a espacialização da economia da região. E há o clima, cujas

características tornam constantes as dificuldades passadas pelo gado, muito atingido pelas secas.

O sexto elemento está fincado na própria organização administrativa da capitania, na medida em que essa se faz sob o controle das missões religiosas, o que dá a Igreja Católica forte influência sobre os capitães-mores e impedem a consolidação dos colonos, o que não significa dizer que isso beneficiou os nativos, mas que representou um entrave para a Coroa Portuguesa que precisa do estabelecimento de uma administração colonial para poder usufruir das consequências dessa institucionalização.

4. REFERÊNCIAS

ALVEAL, Carmen Margarida Oliveira; DAYANE, Julia Carvalho Dias. Um estudo sobre a população da Capitania do Rio Grande com ênfase na escravidão negra e indígena no contexto da Guerra dos Bárbaros (1681-1714). **Resgate: Rev. Interdisciplinar de Cultura**, Campinas, v. 25, n. 2, p. 57-80, jul./dez. 2017.

ALVEAL, Carmen Margarida Oliveira; DAYANE, Julia Carvalho Dias. Um estudo preliminar da demografia do Rio Grande do Norte colonial: fontes, métodos e resultados. **Revista Brasileira de Estudos da População**, Belo Horizonte, v.34, n.3, p.485-507, set./dez. 2017.

DIAS, Patricia de Oliveira. Os laços do Sertão: estratégias de apropriação de terras no rio grande setecentista. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 27., 2013, Natal. **Anais [...]**. Natal: Anpuh, 2013. p. 1-12.

DIAS, Patrícia de Oliveira. Um sertão em movimento: processo de territorialização da capitania do rio grande (1654 e 1673). **Revista Sertões**, v. 5, n. 1, Natal, jan. a jun 2015.

MACEDO, Helder A. de Medeiros. Percepções dos Colonos a Respeito da Natureza no Sertão da Capitania do Rio Grande. **Revista TOPOI**, UFRJ, Rio de Janeiro, v. 8, n. 14, jan.-jun. 2007, pp. 37-76.

MONTEIRO, Denise Matos. **Introdução a História do Rio Grande do Norte**. EDUFRN, Natal, 2000.

MORAIS, Ana Lunara da Silva. **Entre veados, carneiros e formigas: conflito pela posse de terra na ribeira do Ceará-Mirim, e concepções de mentalidade possessória, 1725 – 1761**. Dissertação de Mestrado, UFRN, 2014.

OLIVEIRA, Leonardo Paiva de. **Capitães-Mores das Capitanias do Norte: perfis, trajetórias e hierarquias espaciais no Rio Grande e Ceará (1656-1755)**. 2018. 166 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em História, História, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2018.

POMBO, Rocha. **História do Estado do Rio Grande do Norte**. Natal: EDUFRN, 2019.

SILVA, Rafael Ricarte da. **A Capitania do Siará Grande nas Dinâmicas do Império Português: Política Sesmarial, Guerra Justa e Formação de uma Elite Conquistadora (1679-1720)**. 2016. 264f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza (CE), 2016.

SOUZA, Francisco Fausto de. **História de Mossoró**. Coleção O Mossoroense, Mossoró/RN. Disponível: <<https://colegaomossoroense.org.br/site/wp-content/uploads/2018/07/HISTORIA-DE-MOSSORO.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2021.

TEIXEIRA, Rubenilson Brazão. Gênese e formação histórica do território potiguar: uma breve análise a partir da cartografia. **Revue franco-brésilienne de géographie** [Revista Franco-brasileira de Geografia]. n. 32, 2017. Disponível em: <<https://doi.org/10.4000/confins.12355>>. Acesso em: 15 ago. 2021

TRINDADE, Sérgio Luiz Bezerra. História do Rio Grande do Norte. IFRN, Natal, 2010.

VAIFAS, Ronaldo. Guerra declarada e paz fingida na Restauração Portuguesa. **Tempo**, v. 14, n. 27, 2009. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/tem/v14n27/a07v1427.pdf>>. Acesso em: 18 ago. 2021.

Recebido em: junho de 2020

Aceito em: outubro de 2020